



A CRISE ALIMENTAR MUNDIAL

uma oportunidade para o reforço das parcerias em cumprimento dos ODM

Comunicação de Sua Excelência Armando Emílio Guebuza, Presidente da República de Moçambique no Debate Geral da 63ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, subordinado ao tema: O Impacto da Crise Global Alimentar sobre a Pobreza e a Fome no Mundo bem como a necessidade da Democratização das Nações Unidas

Nova Iorque, 24 de Setembro de 2008

Senhor Presidente,

Gostaríamos de nos associar aos oradores que nos precederam, felicitando-o pela sua eleição para presidir a sexagésima terceira Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas. Estamos certos de que com a sua sábia e diligente direcção, as nossas deliberações serão coroadas de êxito. Aproveitamos esta oportunidade para lhe assegurar a nossa inteira colaboração e desejar-lhe sucessos no exercício da sua função.

Queremos deixar expressas as nossas saudações ao seu predecessor, Srgjam Kerim, da Macedónia, pelo seu empenho, pragmatismo e dinamismo na condução dos trabalhos da sexagésima segunda Sessão.

Gostaríamos, igualmente, de reiterar as nossas saudações ao Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon pelo seu engajamento na busca da paz, justiça e soluções para os diversos e actuais desafios da humanidade.

Senhor Presidente,

Temos estado a testemunhar a emergência de novos e complexos desafios. De entre estes preocupam-nos, em particular, a crise alimentar devido ao seu impacto directo e imediato na vida dos povos. A origem desta crise pode estar ligada a factores tais como:

- ❖ mudanças climáticas e subsequente irregularidade das chuvas, com impacto na produtividade agrícola;
- ❖ A desertificação em vastas áreas e a seca no planeta;
- ❖ O aumento da procura de cereais;
- ❖ A subida do preço do petróleo e o seu impacto nos preços de transporte e de outros produtos tais como insumos agrícolas;
- ❖ O impacto da liberalização do comércio e os subsídios à agricultura nos países desenvolvidos que leva ao declínio gradual da agricultura nos países em desenvolvimento; e
- ❖ A distorção do preço mundial dos cereais.

Identificadas as suas causas cabe agora à comunidade internacional implementar as soluções relevantes, de forma concertada e enérgica. Será neste processo que se poderá transformar esta crise numa oportunidade para o reforço das parcerias internacionais e para o desenvolvimento dos nossos países e povos.

Neste quadro, importa que a cooperação internacional estimule a revitalização da produtividade dos agricultores nos países em desenvolvimento, contribuindo para transformar mais rapidamente em comercial, a actual agricultura de subsistência. Isto passa pela melhoria do acesso às sementes melhoradas, aos fertilizantes e pesticidas bem como aos investimentos, infra-estruturas de acesso aos mercados e de gestão da água. Neste contexto, reiteramos a necessidade de implementação das pertinentes recomendações da Conferência dos Países Menos Avançados sobre as *“Regras da Organização Mundial do*

Comércio e a Crise Alimentar". De igual modo, apelamos para apoio a iniciativas regionais como o Programa Compreensivo para o Desenvolvimento da Agricultura em Africa, sob os auspícios da NEPAD, e o trabalho em curso na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral tendente a encontrar uma resposta colectiva para a mitigação do impacto da crise alimentar e para relançar a agricultura como forma de garantir a segurança alimentar e a melhoria das condições e qualidade de vida dos povos da África Austral.

Senhor Presidente,

Moçambique é um País vulnerável a fenómenos naturais e à dinâmica dos preços internacionais de produtos alimentares e combustíveis, factores que representam uma ameaça à efectiva implementação dos programas sócio-económicos do Governo. Apesar dos progressos assinaláveis que temos vindo a registar na produção da mandioca e do milho, ainda continuamos a importar grandes quantidades de outros alimentos. Deste modo, qualquer oscilação mundial nos preços dos cereais faz-se sentir imediatamente na vida quotidiana do nosso povo.

Moçambique possui condições naturais que favorecem a produção agro-pecuária. Todavia, a escassez de recursos financeiros e de uma ampla rede bancária nas zonas rurais, bem como a falta de infra-estruturas e de tecnologias que garantam o desenvolvimento de uma agricultura comercial, não nos tem permitido, até agora, uma produção em grande escala para satisfazer as necessidades alimentares da nossa população. Esta situação é agravada pela fraca rede de distribuição e comercialização, que dificulta o transporte e a comercialização dos produtos das zonas com excedentes agrícolas para as zonas deficitárias.

As calamidades naturais cíclicas que se têm abatido sobre nós, resultam igualmente na perda de grandes áreas de cultivo, remetendo as respectivas populações a situações carência. Estas calamidades são também responsáveis pela erosão e empobrecimento dos solos para a prática agrícola e pela insegurança alimentar e nutricional do nosso povo.

Para fazer face à crise alimentar, o nosso Governo aprovou, em Junho deste ano, o Plano de Acção para a Produção de Alimentos para o período 2008 - 2011. Trata-se de um programa com metas, apresentando-se assim como um mecanismo de implementação da *Revolução Verde* que lançamos em 2007.

Estamos conscientes de que a materialização deste Plano, e da *Revolução Verde*, como um todo, irá necessitar de recursos adicionais. Por isso, apelamos ao apoio dos nossos parceiros de desenvolvimento para providenciarem recursos adicionais para estes programas. O efeito da *Revolução Verde* sobre os ODMs é por nós reconhecido, pois com fome ninguém pensa no amanhã, na educação ou na equidade do género e autonomia das mulheres.

Senhor Presidente,

Em Fevereiro deste ano lançámos a Iniciativa Presidencial a favor da mulher e da criança. Foram, neste contexto realizados encontros com o pessoal de saúde, líderes religiosos e tradicionais, mulheres e jovens. Nestes encontros, que estão a ser replicados a nível local, ficou claro que as questões de saúde permeiam os ODMs. Os avanços que temos registado, embora significativos, não são porém suficientes para terem o impacto na redução de mortes evitáveis em Moçambique. A nossa avaliação mostra, por exemplo, que poderíamos:

- ❖ reduzir a mortalidade materna em mais 50%;
- ❖ alcançar um decréscimo de 17% na mortalidade infantil;
- ❖ melhorar significativamente o acesso aos Anti-retrovirais e ao tratamento da tuberculose e malária;
- ❖ ter, até 2010, mais de 95% de mães e crianças a dormirem debaixo de uma rede mosquiteira tratada com insecticida;

Todavia, para realizarmos este sonho precisamos de despender um adicional de US 4 dólares, per capita, por ano, no sector de saúde, entre agora e 2010, e adquirir mais 10 milhões de redes mosquiteiras. O preenchimento do défice de US 590 milhões nos próximos 7 anos poderia ajudar-nos a formar e a empregar cerca de 20 mil trabalhadores de saúde adicionais. Esta cifra aumentaria o número de médicos em 119% e o número de enfermeiros e o acesso a partos assistidos subiria para 68%.

Este é o nosso sonho para evitar mais mortes evitáveis. Porém, como dissemos, sozinhos não podemos realizá-lo. Precisamos do apoio financeiro dos nossos parceiros, um apoio que seja previsível, substancial e de longo prazo e para as necessidades por nós identificadas. Precisamos de não de gerir cada um dos parceiros que apoia o sistema nacional de saúde, mas o sistema de saúde, em si. Esta é uma forma nobre de assegurar o cumprimento do oitavo ODM que sublinha a necessidade de “criar uma parceria mundial em prol do desenvolvimento”.

Queremos aproveitar esta oportunidade para saudar e encorajar a persistência do movimento internacional de solidariedade com Africa e com Moçambique, quer no contexto da saúde da mulher e da criança quer na luta pelo alcance de todos os compromissos assumidos na Cimeira do Milénio. Em vários quadrantes do mundo são criados fundos e *fora* e promovidas iniciativas tendentes a apoiar ou a complementar os nossos esforços. Nesta interacção com os nossos parceiros constroem-se os necessários consensos sobre as nossas prioridades e formulam-se estratégias para se assegurar um desenvolvimento sustentável.

Senhor Presidente,

O mundo tem estado a mudar e com essas mudanças emergem novos desafios à escala planetária. As Nações Unidas, enquanto que instituição universal, com legitimidade e mandato para debater estratégias e encontrar soluções para esses grandes desafios, precisa de encetar reformas estruturais para estar à altura desses desafios. Neste sentido, o

processo de reformas deve ser no sentido de conferir às Nações Unidas uma maior coesão e capacidade de prevenção e resposta apropriada, aos desafios que nos são impostos pela necessidade de reforço do Direito Internacional, do multilateralismo e da promoção de parcerias para a paz, segurança e desenvolvimento, em todo o mundo.

A terminar, Senhor Presidente, reiteramos a importância da promoção de uma cooperação internacional virada para o reforço da segurança alimentar, para o alcance dos ODMs e para a construção de consensos que viabilizem a reforma das Nações Unidas.

Muito obrigado pela vossa atenção.